

DITADURA(S), EDUCAÇÃO E MEMÓRIA.

Ieda de Camargo¹

Susana Beatriz Fernandes²

As palavras produzem sentido, criam realidades e, às vezes, funcionam como potentes mecanismos de subjetivação. Eu creio no poder das palavras, na força das palavras, creio que fazemos coisas com as palavras e, também, que as palavras fazem coisas conosco. As palavras determinam nosso pensamento porque não pensamos com pensamentos, mas com palavras, não pensamos a partir de uma suposta genialidade ou inteligência, mas a partir de nossas palavras. E pensar não é somente “raciocinar” ou “calcular” ou argumentar”, como nos tem sido ensinado algumas vezes, mas é sobretudo dar sentido ao que somos e ao que nos acontece. E isto, o sentido ou o sem-sentido, é algo que tem a ver com as palavras. E, portanto, também tem a ver com as palavras o modo como nos colocamos diante do mundo em que vivemos. E o modo como agimos em relação a tudo isso (LARROSA, 2014).

Três palavras. Palavras cansadas? Silenciadas? Apodrecidas? Perturbadoras. Fizeram e fazem coisas conosco. Nos tempos atuais, parecem ainda difíceis de serem pensadas, pronunciadas, articuladas, lidas, escritas, ouvidas. A escolha dessas palavras, como tema desta publicação foi arbitrária, sabemos, pois poderíamos ter escolhido outras. Mas foram essas que, em 2014, ano dos 50 anos do golpe militar, nos provocaram a vontade de fazer algo com elas¹.

Nossa intenção é partilhar inquietações e questionamentos que essas palavras suscitaram (suscitam) em nós. O lugar que tem sido dado à discussão desse tema nos cursos

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005). Possui graduação em Curso de Pedagogia Magistério pela Universidade de Santa Cruz do Sul(1978), graduação em Graduação em Estudos Sociais Licenciatura Curta pela Universidade de Santa Cruz do Sul(1986), especialização em Especialização em Métodos e Técnicas de Ensino pela Universidade de Santa Cruz do Sul(1982), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul(1993) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul(2005). Atualmente é professor titular da Universidade de Santa Cruz do Sul e Professor pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Administração Educacional. Atuando principalmente nos seguintes temas: educação, Universidade, Organização, administração, Democracia. Endereço: Universidade de Santa Cruz do Sul, Particular, Santa Cruz do Sul. Avenida Independência, 2293. CEP: Universitário, 96815-900 - Santa Cruz do Sul, RS – Brasil. Endereço Eletrônico: ieda@unisc.br.

² Doutora em Educação pela UFRGS (2009). Graduada em Pedagogia, Supervisão Escolar, FAFIMC (1983) e Mestre em Educação, UFRGS (2001). Foi professora e Assessora Pedagógica na SMED de Porto Alegre. Foi docente do Curso de Pedagogia do UNILASALE, UBEA/PUCRS, UERGS, FACOS e no Curso de Pedagogia à Distância da UFRGS. Atualmente é docente na UNISC. Tem experiência na área de Educação atuando principalmente nos seguintes temas: avaliação, formação docente, Educação Infantil, infância, escolarização e currículo. Endereço Eletrônico: Universidade de Santa Cruz do Sul, Particular, Santa Cruz do Sul. Avenida Independência, 2293. CEP: Universitário, 96815-900 - Santa Cruz do Sul, RS – Brasil. Endereço Eletrônico: sufer@terra.com.br.

de graduação, que formam profissionais da educação, parecem ainda poucos, em especial nos cursos de Pedagogia. Paira sobre nós a sensação de que não fizemos a tarefa de casa. Estamos devedores das nossas memórias, de histórias e experiências de 21 anos de ditadura: mortes, torturas, perdas, separações, censura, suicídios, medos, os mais diferentes tipos de violência, que não pouparam nem as criançasⁱⁱ.

É desse lugar que (nos) perguntamos, é desde o campo pedagógico que propomos revisitar essas histórias. Esperamos que a leitura produza experiências, no sentido de que ao ler, algo (me) aconteça. Tentar pensar com, e a partir delas para produzir, quem sabe, outros sentidos ao que sempre soará sem-sentido. Quiçá nos provoque outros pensares, outras possibilidades para aquilo que estamos dizendo e fazendo, com o nosso passado.

Larrosa (2014) defende a ideia de que o mais importante numa leitura “não é averiguar o que há por trás das palavras, [...] mas sim o que há adiante, até onde se dirigem, de que maneira podem encarnar em nós (que somos carne de palavras, também de palavras apodrecidas), o que é que podem mover ou mobilizar ou incitar ou suscitar em nós” (p. 102).

Mesmo diante do desafio posto pela temática, tanto do ponto de vista da amplitude e complexidade de seu conteúdo, quanto da sua abrangência geográfica, essa edição angariou importantes reflexões acerca de regimes ditatoriais, escritas tanto por autoras e autores brasileiros, como por autores e autoras de países da América latina e da Espanha, as quais apresentamos a seguir. A todos, nosso agradecimento pela valiosa contribuição, em especial ao professor Manel Risques Corbella, pelo empenho para atender nosso convite.

Beatriz T. Daudt Fischer com o texto *Brasil 1964, golpe civil militar: o que fica do que (aparentemente) já passou*, inspirada em Foucault, nos convida a um exercício analítico acerca das verdades instituídas na mídia impressa, sobre política e educação, a partir dos jornais gaúchos, ao longo do ano de 1963 e parte de 1964.

Os autores Simone A. Schwinn e João Pedro Schmidt abordam no texto *Da ditadura à democracia: a inacabada transição brasileira*, as ambiguidades do processo de transição brasileiro, avaliam as consequências da política instituída de não memória e trazem elementos para a construção de uma memória de reconciliação com o passado de violações a direitos humanos.

No texto *A colonização na transamazônica durante o governo de Emilio Garrastazu Médici*, o autor Airton dos Reis Pereira analisa a colonização às margens dessa rodovia, no município de São João do Araguaia, no sudeste paraense, mostrando que a referida colonização se efetivou quando as Forças Armadas procuravam reprimir o movimento guerrilheiro dos militantes do PC do B, na confluência dos rios Araguaia e Tocantins.

Em *Ditadura e educação: conexões a serem ressignificadas*, o autor Solon Eduardo Annes Viola afirma que nesse período, romperam-se os espaços da democracia nacional e nos diversos sistemas educativos, o Estado autoritário suprimiu as experiências nacionais de criação de universidades voltadas para a pesquisa enquanto impunha currículos utilitários orientados para a negação da cidadania e justificativas vazias para a repressão e o discurso anti-democrático.

No texto *O modelo curricular da Lei 5692/71 durante a ditadura militar para o curso de Magistério e suas implicações na formação docente no Brasil e em Santa Catarina*, Jéferson Silveira Dantas discute as implicações pedagógicas trazidas pela implementação da referida Lei, naquele contexto e seus efeitos na formação docente no Brasil e em Santa Catarina, sobretudo, nas séries iniciais do ensino fundamental, anteriormente denominado de ensino primário.

Em *Memorias de la ditadura. El lugar de la escuela en las políticas de memoria de la transición democrática argentina(1983-1989)*, a autora Myriam Southwell trata particularmente em como as escolas secundárias se constituíram em cenário de uma militância pelas memórias. Nessas disputas, as organizações estudantis se organizaram como portadores de uma memória específica ao mesmo tempo que construíram sua própria identidade.

A autora Leonor Berná Zanotta, no texto *Enemigos peligrosos. Control político y represión sobre los profesores de educación secundaria, durante la última ditadura em Uruguay(1973 y 1984)*, tenta descrever os principais mecanismos de controle e repressão, aplicados contra o coletivo docente de educação secundária, mostrando a Lei 14.101 de 1975, buscou converter o sistema educativo em uma ferramenta de disciplinamento e de legitimação do regime.

Finalizando essa primeira parte da edição, temos o texto *La ditadura franquista* do autor Manel Risques Corbella que mostra o franquismo como uma longa ditadura que se iniciou com golpe de Estado em 1936, se ratificou em 1939, perdurando até 1977, com a morte de Franco. Classifica esse modelo como um regime fascista que sobreviveu após a vitória dos aliados em 1945.

Como de praxe, também nessa edição contamos com quatro textos, na sessão Artigos especiais e por último, apresentamos uma entrevista com a prof.^a da UFRGS Carmem Craidy, sobre sua militância e o exílio durante a ditadura militar, realizada pela prof.^a Maria Carmen Silveira Barbosa.

Agradecemos especialmente, ao Instituto Vladimir Herzog pela cedência de imagem do jornalista que ilustra a capa dessa edição. No dia 24 de outubro de 1975, Vladimir Herzog,

diretor da TV Cultura de São Paulo, foi ao DOI-Codi prestar depoimento sobre sua relação com o partido comunista brasileiro (PCB). No dia seguinte estava morto. As autoridades divulgaram uma nota alegando que ele havia se suicidado na cela. Ninguém acreditou. A morte de Herzog causou grande indignação, provocando inúmeras manifestações e reacendeu a luta pela redemocratização no país.

ⁱ Destacamos aqui o importante trabalho desenvolvido pela Comissão Nacional da Verdade, instalada, tardiamente, em 2012. Seu relatório final apresentado em dezembro de 2014, apesar de suas limitações é considerado por muitos um avanço tendo em vista as recomendações que faz ao Estado brasileiro.

ⁱⁱ Sobre esse tema o livro **Infância Roubada**, publicado em 2014, pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, apresenta 40 testemunhos de filhos de presos políticos (hoje com idades entre 40 e 50 anos), atingidos pela ditadura militar. “Eles foram sequestrados e escondidos em centros clandestinos de repressão política da ditadura militar brasileira (1964-1985). Afastados de seus pais e suas famílias ainda crianças, foram enquadrados como ‘elementos’ subversivos pelos órgãos repressivos e banidos do país. Foram obrigados a morar com parentes distantes, a viver com nomes falsos, impedidos de conviver, crescer e conhecer os nomes verdadeiros de seus pais. [...]. Levados aos cárceres da ditadura militar, foram confrontados com seus pais, nus, machucados, recém-saídos do pau de arara ou da cadeira do dragão. Foram encapuzados, intimidados, torturados antes mesmo de nascer” (p. 11).